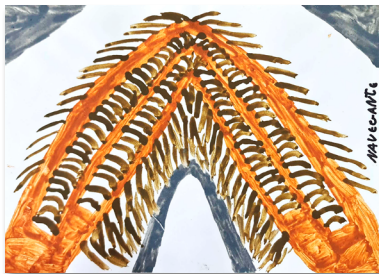


Resistência ao neoextrativismo na Serra do Gandarela

DAYSE PAIXÃO E VASCONCELOS

RESUMO: O artigo apresenta o caso da Serra do Gandarela, Minas Gerais, Brasil, e seus mecanismos de resistência à expropriação do território provocado pelo avanço do neoextrativismo mineral. Apresentamos alguns dados sobre o neoextrativismo mineral, refletindo sobre os conflitos provocados por essa atividade, os quais se traduzem em impactos, ameaças e violações de direitos. Em contraposição, o Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela (MPSG) tem se articulado para mitigar tais impactos.



PALAVRAS - CHAVE :
Neoextrativismo. Mineração.
América Latina. Serra do Gandarela.

Resistance to neo-extractivism in the 'Serra do Gandarela'

ABSTRACT: The article presents the case of the Gandarela Mountain Range, Minas Gerais, Brazil, and its mechanisms of resistance to territorial expropriation driven by the advance of mineral neoextractivism. It provides data on mineral neoextractivism, particularly regarding the conflicts caused by this activity, highlighting its impacts, threats, and human rights violations, as well as how the Movement for the Preservation of 'Serra do Gandarela' (MPSG) has organized to mitigate these impacts.

KEYWORDS: Neo-extractivism. Mining. Latin America. Gandarela Mountain Range.

DAYSE PAIXÃO E VASCONCELOS

Doutoranda em Sociologia pela UECE.
Doutora em Saúde Coletiva pela
Universidade de Fortaleza.
E-mail: daysevascon@gmail.com

RECEBIDO: 08/09/2025

APROVADO: 11/12/2025

1 Considerações iniciais

A expropriação da terra e da natureza é uma prática antiga no âmbito da América Latina, com raízes no período colonial, quando desempenhou um papel central na consolidação do capitalismo global. Esse processo gerou impactos econômicos, sociais e ecológicos profundos, cujos efeitos ainda são repercutidos na atualidade. Durante o colonialismo, a expropriação se deu por meio de uma lógica de dominação que combinava violência, imposição religiosa, racismo e apropriação econômica. No entanto, a partir do século XXI, essa dinâmica assumiu novas características, marcadas principalmente pela mercantilização e financeirização dos recursos naturais – embora isso não signifique o desaparecimento de formas contemporâneas de violência, racismo e apropriação. Assim, a expropriação da terra e da natureza continua sendo uma dimensão essencial do capitalismo globalizado atual, expressando-se por meio de novas formas de espoliação que se alinham ao conceito de “acumulação por despossessão”, proposto por David Harvey.

Para Harvey (2013), a acumulação por despossessão é um mecanismo por meio do qual o capitalismo se mantém e se expande, apropriando-se de bens comuns, públicos ou comunitários, e convertendo-os em propriedade privada com potencial de lucro. Trata-se de uma continuidade histórica da “acumulação primitiva” descrita por Karl Marx, adaptada às dinâmicas contemporâneas do capitalismo. Esse processo é sustentado pela mercantilização, que transforma elementos naturais como florestas, rios, sementes, solos e subsolos em ativos financeiros, intensificando a lógica de expansão incessante do atual modelo capitalista, mesmo diante dos limites ecológicos e sociais.

Desse modo, a dominação exercida pelo modelo de desenvolvimento capitalista ocorre por meio do controle econômico, financeiro e político exercido por empresas, em sua maioria, transnacionais, especialmente de países do Norte Global, e não mais por meio de ocupação direta, como no colonialismo e imperialismo dos séculos passados, o que nos leva a pensar que vivemos um neocolonialismo e/ou neoimperialismo. Trata-se de um modelo de desenvolvimento capitalista por espoliação, em que os países do Norte Global, por meio de tentáculos corporativos e empresas

transnacionais – denominados de países centrais – desenvolvem práticas produtivas espoliativas nos países do Sul Global – denominados países periféricos, expropriando a terra, a natureza e as práticas tradicionais das comunidades locais.

Na América Latina, esse modelo de capitalismo manifesta-se através de um novo imperialismo (Harvey, 2013), que ocorre por meio do controle de setores estratégicos por empresas estrangeiras, principalmente no campo extrativista (mineração, petróleo e agronegócio) – ou melhor, neoextrativista, além da imposição de políticas neoliberais por meio do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, dentre outros, da dependência tecnológica e comercial e dos acordos de livre comércio que favorecem as potências capitalistas. Já o neoextrativismo, por sua vez, refere-se a uma forma renovada de extrativismo que marcou a política econômica de vários governos latino-americanos a partir dos anos 2000, inclusive os progressistas. Embora buscasse distribuir melhor a renda, manteve o modelo baseado na exportação de commodities (minério, soja, petróleo) com forte impacto ambiental e social. O cerne deste artigo está na discussão acerca do neoextrativismo, mais precisamente o neoextrativismo mineral.

O *modus operandi* neoextrativista (Gudynas, 2009) apresenta com principais características a forte presença do Estado como regulador e beneficiário, alianças entre governos e corporações extrativas, expansão da fronteira de *commodities* em detrimento de ecossistemas e comunidades e, por consequência, conflitos socioambientais e resistências. Nesse contexto, compreendemos por neoextrativismo mineral, a intensa e exacerbada extração e produção de minérios, orientada pela manutenção da elevada produtividade a qualquer custo para atender às demandas do mercado global, mesmo que provoque impactos ambientais e prejuízos às comunidades do entorno, resultando na geração de conflitos, mas, também, em processos de resistência.

No presente artigo, apresentamos, mais especificamente, a questão do avanço neoextrativista mineral na Serra do Gandarela, em Minas Gerais, Brasil. Portanto, o artigo organiza-se em mais três seções destinadas a apresentar: a) uma breve discussão sobre as consequências do modelo neoextrativista mineral no Brasil e no

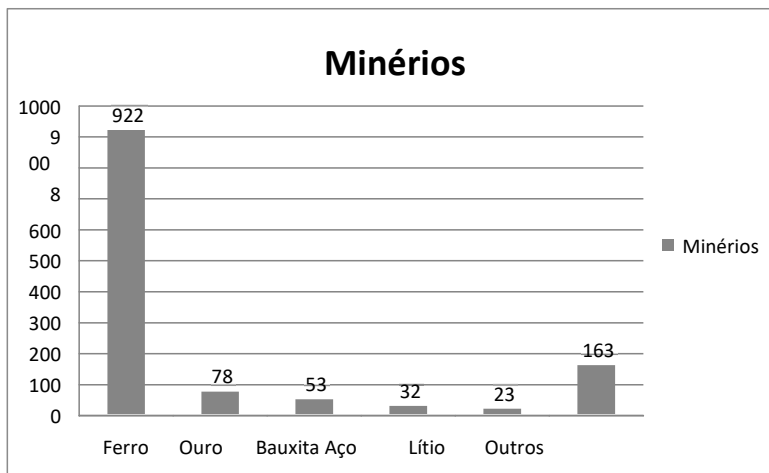
estado de Minas Gerais; b) uma síntese da expropriação da terra, território e natureza na Serra do Gandarela, bem como a resistência a esse caso de espoliação; e c) as nossas considerações finais acerca do conflito e da resistência ocorrida na Serra do Gandarela.

2 Neoextrativismo mineral no Brasil e em Minas Gerais

O neoextrativismo pode ser entendido como um modelo de desenvolvimento baseado em três principais características: apropriação intensa de recursos naturais destinados à exportação, redes produtivas com pouca diversificação e inserção subordinada de países latino-americanos no mercado internacional (Gudynas, 2012). O modelo neoextrativista tem se conformado como um elemento basilar do atual modelo de desenvolvimento de diversos países da América Latina, e dentre os vários tipos de extrativismos, está o neoextrativismo mineral. Fato é que a presença crescente do neoextrativismo como um dos sustentáculos das políticas econômicas latino-americanas tem provocado um cenário de degradação ambiental, incertezas e conflitos.

No Brasil, por exemplo, comunidades camponesas e tradicionais, ecossistemas e recursos hídricos têm sido impactados pelas atividades extrativistas mineradoras. De acordo com dados do Relatório do Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil (2024), os biomas atingidos com o maior número de registros de conflitos no Brasil são, mata atlântica (48,5%), Amazônia (27,4%), caatinga (12,8%) e cerrado (10,2%).

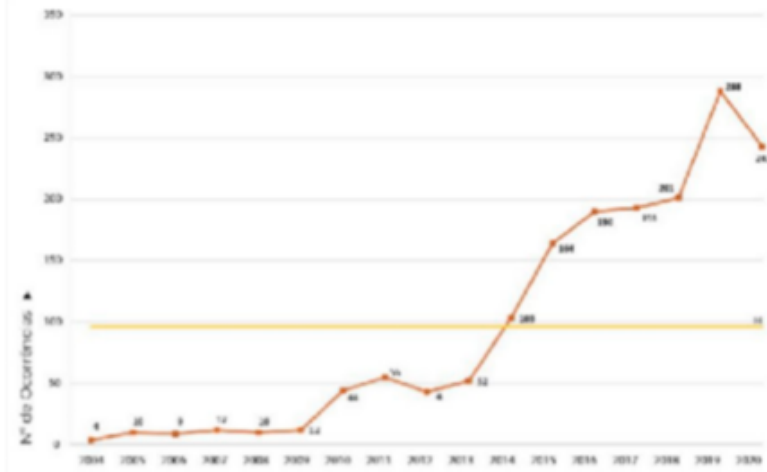
Considerando o tipo de mineral relacionado ao registro de conflitos, o minério de ferro ocupa soberano o primeiro lugar dentre os minerais citados. Dos 20 principais minerais citados no relatório do Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil no ano de 2024, a exploração do minério de ferro corresponde à 922 conflitos, de um total de 1.271, representando 72,5% dos casos citados. Em termos comparativos, os outros quatro minerais mais citados foram o ouro, com um total de 78 citações (6,1%), a bauxita, com 53 citações (4,1%), o aço, com 32 citações (2,5%), e o lítio, com 23 citações (1,8%). Os demais quinze principais minerais citados correspondem aos 13% restantes, com bem menos citações (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Relação de minérios citados em conflitos durante o ano de 2023

Fonte: Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil, 2024.

Segundo Mansur e Wanderley (2023), em capítulo publicado no Atlas do Problema Mineral Brasileiro em 2023, o grupo constituído pela Vale, Samarco e BHP Billiton foi o que causou a maior quantidade de conflitos no campo entre 2004 e 2020, totalizando 462 ocorrências, 28,3% do total de ocorrências registradas durante esse período. Em segundo lugar, está a própria Vale S.A. com 277 ocorrências (17%). Quando somados, os casos envolvendo a Vale representam mais de 47% das ocorrências entre 2004 e 2020. Ainda segundo dados publicados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) no ano de 2021, o número de conflitos no campo envolvendo a produção mineral só crescem, conforme evidencia o gráfico (Gráfico 2) a seguir. Há um declínio de registros no ano de 2020, mas essa informação pode ter sido prejudicada pela pandemia, uma vez que outros monitoramentos também evidenciam o crescimento dos conflitos.

Gráfico 2 – Ocorrências de conflitos provocados pela mineração no campo brasileiro entre 2004 a 2020



Fonte: CPT (2021).

No que se refere ao envolvimento das mineradoras estrangeiras, ainda de acordo com o relatório de 2023 do Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil, as mineradoras australianas estão na liderança em número de violações (7,9% de todos os conflitos), seguidas pelas canadenses (6,0%) e essas, pelas inglesas (3,4%). As empresas Samarco-Vale-BHP e a *Tombador Iron Mineração*, que possuem capital australiano, concentram o maior número de ocorrências. Já as empresas canadenses *Belo Sun Mining Ltda*, *Lipari Mineração Ltda* e *Sigma Mineração* são as canadenses mais representativas no número de ocorrências. Em relação às empresas inglesas, a Mineração Vale Verde e a *Anglo American* apresentam ocorrências também significativas (Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil, 2024).

Com esse cenário, o Brasil estaria vivendo um contexto de ‘acumulação por despossessão’ no campo minerário, contexto que define o neoimperialismo da atual fase do capitalismo, que aprofunda seu domínio sobre os países periféricos, por meio de novas roupagens exploradoras, mantendo os países explorados com a única missão de produção de matérias primas para alimentar

suas economias industriais, compostas por elementos de natureza tecnológica e científica de ponta, aumentando, dessa maneira, a desigualdade entre centro e periferia (Harvey, 2013). Desse modo, países como o Brasil, assim como toda a América Latina, continuam sendo a grande fazenda do norte global, produzindo, sobretudo, as *commodities* agrícolas e minerais.

Sob o ponto de vista contemporâneo, é preciso pensar no (neo) imperialismo como um sistema teórico-prático que se centra nas bases sustentantes do capitalismo global, que, por sua vez, expropria os territórios e os recursos naturais para manter sua dominação, e a América Latina é um clássico exemplo desse domínio. Ao tratar sobre o (neo)imperialismo nos territórios latino-americanos, Ana Esther Ceceña analisa a relação de dominação que os Estados Unidos exercem na América Latina. Para a autora, os Estados Unidos procuram firmar sua hegemonia por meio de políticas externas de financiamento do desenvolvimento, de intervenções militares ou político-militares, e, de forma mais nova, por meio do controle dos fluxos de recursos e territórios estratégicos, via corporações transnacionais e alianças entre elites locais e capital estrangeiro. Exemplo dado pela autora são os corredores econômicos (Ceceña, 2001). Assim, conforme suas previsões estratégicas indicam, ou sua dita superioridade militar, os Estados Unidos se expandem sob os territórios latino-americanos – entendidos como desestruturados e subordinados (Ceceña, 2001). No caso brasileiro, não só os Estados Unidos, mas outros países do Norte Global, incluindo Canadá, Inglaterra e Austrália, tentam exercer domínio neoextrativista em terras brasileiras por meio de corporações multinacionais ou transnacionais, gerando expropriação de terras camponesas, destruição de áreas que deveriam ser preservadas e conflitos socioambientais.

O estado de Minas Gerais é o estado brasileiro que apresenta a maior concentração de registro de conflitos ligados ao neoextrativismo mineral, correspondendo a 31,9% dos conflitos, segundo o último relatório do Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil (2024). O que possivelmente contribuiu para manter o estado na liderança em registro de conflitos foi seu histórico minerador, uma vez que Minas Gerais conta, há bastante tempo, com

grande presença de empresas mineradoras que exploram extensas áreas territoriais, provocando desastres de barragens, ou como os movimentos sociais definem, os crimes de barragens de grandes proporções, como foram os de Mariana, no ano de 2015, e Brumadinho, no ano de 2019.

A disputa por terras e recursos hídricos, um dos aspectos presentes nos conflitos, ocorre, em partes, porque o subsolo brasileiro é, por lei, propriedade da União, e essa pode conceder o direito à exploração para empresas mineradoras, provocando reação nas comunidades que são afetadas pelos empreendimentos, e passam a buscar a proteção de seus territórios e a garantia do acesso à água. Cabe destacar que, ainda de acordo com o relatório do Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil (2024), o aumento no crescimento de pessoas afetadas é exponencial, saltando de aproximadamente

688.573 atingidos, em 2022, para aproximadamente 2.810.230, em 2023, o que corresponde a um aumento de 308,1%. Segundo análise de Wanderley (2024), um dos pesquisadores responsáveis pelo Observatório, uma parte desse aumento se deve à inclusão de mais de 2,4 milhões de pessoas afetadas pelo desastre do Rio Doce, causado pelo rompimento da barragem da Samarco- Vale-BHP em 2015. Estima-se que somente esse conflito represente cerca de 80% dos afetados em 2023. Desse modo, Minas Gerais, além de ser o estado com a maior concentração de conflitos da mineração, é, também, o que lidera no número de pessoas atingidas, com 51,8%, seguido pelo Pará, com 13,9%, e por Alagoas, com 10,1%.

Ressalta-se que a Serra do Gandarela, objeto central deste artigo, localiza-se em Minas Gerais e se encontra na região de transição entre o Cerrado e a Mata Atlântica Mineira – um dos biomas mais afetados pela mineração intensa no Quadrilátero Ferrífero (QF), concentrando 48,5% de todos os registros nacionais. A Serra do Gandarela abrange parte dos municípios que compõem o QF. Nela, está o Parque Nacional da Serra do Gandarela (Parna Gandarela), conquista dos movimentos sociais locais no ano de 2014, mas que, na prática, ainda permanece como objeto de disputa entre mineradoras e sociedade civil.

3 Da expropriação à resistência na Serra do Gandarela, Minas Gerais

A Serra do Gandarela é uma região caracterizada por um relevo acidentado, vales profundos, composta, de acordo com Lamounier (2009), por rochas do *Supergrupo Minas* (ferro, ouro, ocre limonita, bauxita, brita, calcário e urânio) e do *Supergrupo Rio das Velhas* (quartzitos, itabiras e itabiritos, xistos, filitos, rochas carbonáticas, granitos-gnaisses e cangas). Essa geologia origina um solo rico em minério de ferro e água, fazendo com que a região seja considerada como uma das maiores reservas hídricas subterrâneas do QF. O relevo acidentado da Serra do Gandarela pode ter contribuído para que ela se tornasse o último reduto de grandes jazidas de ferro na região do QF. Contudo, devido à escassez mineral nas áreas já exploradas, a pressão pela exploração em seu território vem aumentando a cada dia.

O atual contexto de mineração na Serra do Gandarela é marcado por minas que já encerraram o ciclo de operação, como a mina Gongo Soco, de propriedade da Vale S.A., minas de pequeno e médio porte que estão em fase de operação, algumas, bem próxima da área do Parna Gandarela, como a Mina do Lopes (da Nossa Senhora do Sion), a Ferro Puro, a Mineração Alto Palmital (Minap), e a Irmãos Cavalcanti, além do pretendido Projeto Apolo, também de propriedade da Vale S.A., mas que não foi iniciado por apresentar licenciamento negado pelos órgãos ambientais competentes. Contudo, a empresa mineradora apresenta constante tentativa de sua instalação na região. O último parecer negativo ao Projeto Apolo foi emitido em agosto de 2025 pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), que indeferiu o licenciamento ambiental, alegando incompatibilidade com os objetivos de conservação do Parna Gandarela e riscos ambientais graves e irreversíveis potencialmente advindos caso o empreendimento seja instalado.

Os movimentos sociais, principalmente o Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela (MPSG), apresentam uma preocupação constante com a aprovação do Projeto Apolo, mas também apresentam uma suspeita de que a Vale S.A. mantém relações ocultas com as mini minas, como o exemplo da Brava

Mineração. Ao avaliar a área da mina pretendida pela Brava Mineração, o MPSG percebeu que se trata da mesma área do Projeto Apolo, área de propriedade da Vale, e que o projeto da Brava Mineração conecta-se com a infraestrutura pensada para o Projeto Apolo, o que gera a suspeita de que se trata de fracionamento do mesmo empreendimento.

É importante mencionar que o Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela (MPSG) surgiu com a finalidade de defender a Serra do Gandarela da exploração mineral, sobretudo da Vale S.A. e seu projeto Apolo, além de outras atividades que podem afetar a biodiversidade e a segurança hídrica da região. O MPSG foi constituído por representantes de vários movimentos sociais locais, comunidades camponesas, pesquisadores e ambientalistas, dentre outros, a partir do conhecimento da existência do Projeto Apolo, na primeira década dos anos 2000, e exerceu papel fundamental na pressão pela criação do Parna Gandarela, em 2014, o que também contribuiu para problematizar o licenciamento e a operação da Mina Apolo.

O Projeto Apolo, ou Projeto da Mina Apolo, trata-se do maior investimento previsto pela Vale S.A no estado de Minas Gerais. Ele pretende substituir as operações de extração mineral oriundas de outras minas da transnacional brasileira que se encontram em fase de esgotamento. São elas as minas de Gongo Soco, Cauê e Córrego do Meio (Ampló, 2009). Com essa pretensão, a Serra do Gandarela virou palco de um dos mais relevantes, em termos de porte e magnitude, projetos neoextrativistas no campo da mineração.

O projeto Apolo, classificado como de grande porte, tinha a pretensão inicial de ocorrer dentro do limite de quatro municípios da Serra (Caeté, Santa Bárbara, Rio Acima e Raposos), ocupando uma área total de 1.758 hectares para atividades de lavra, beneficiamento e carregamento de minério de ferro, com estimativa de produção de 24 milhões de toneladas de minério de ferro por ano (Mtpa) por 17 anos (Ampló, 2009). Com a criação do Parna Gandarela, a Vale S.A precisou reajustar o seu projeto inicial, diminuindo os 1.758 hectares para 1.368 hectares. Esta área é dividida entre 1.130 hectares na cidade de Caeté e 238 hectares na

cidade de Santa Bárbara (Vale, 2021). Apesar da diminuição da área, segundo Rojas e Pereira (2015), a mineradora tem divulgado que pretende atingir 37.5 Mtpa por 30 anos, o que demonstra o interesse em expandir outros dois projetos minerários na região: a expansão da Mina Capanema, no município de Ouro Preto, e a reativação e ampliação da Mina Baú, mina situada nas proximidades da comunidade de Cruz dos Peixotos, pertencente ao município de Santa Bárbara.

O monopólio sobre a exploração mineral que a Vale S.A exerce na Serra do Gandarela, e em todo o QF, é fruto da aquisição progressiva de grandes extensões de terra, seja pela compra direta de terrenos, seja pela incorporação de pequenas mineradoras que atuavam na região. Essa é uma prática da Vale desde a sua fundação, quando ainda era Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), no município de Itabira, nos anos 1942. Aliás, essa é uma prática não só da Vale, mas da outra transnacional que atua na região, a *AngloGold Ashanti* (Freitas, 2004).

De acordo com Carmo et al (2012), a partir de 2012, houve um crescimento exponencial pela demanda do minério de ferro, no Brasil e em todo o mundo, relacionado ao crescimento da indústria chinesa, o que contribuiu para a elevação do preço do ferro no mercado global. Ao analisar os processos minerários nos últimos anos, no estado de Minas Gerais, os autores identificaram que mais da metade dos pedidos de autorização para a extração de ferro, correspondiam a pedidos feitos pelas empresas Vale S.A. (45,2%) e *Anglogold Ashanti* (12,9%), transnacionais que praticamente controlam a extração mineral em Minas Gerais.

O contexto atual do estado de Minas Gerais é o de experimentar um processo de expansão e intensificação da mineração que tenta avançar em áreas ainda inexploradas, mesmo que seja uma área de proteção integral, como é o caso do Parna Gandarela. A partir desse contexto, a disputa pelo território da Serra do Gandarela, incluindo a área do Parna, se complexifica. Além do desejado Projeto Apolo, a Vale S.A. já possui outras minas em operação na região, e há a existência de pelo menos mais outras dez minas de pequeno e médio porte – as mini minas – operando na Serra do Gandarela, em que boa parte delas minera ferro.

O que o setor mineral brasileiro espera, como já determinado pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), é que haja uma expansão das minas que se encontram em produção e uma exploração de novas jazidas – o que deixa as áreas de cangas ferruginosas da Serra do Gandarela no foco da mineração, uma vez que é nelas que se encontra uma maior quantidade de ferro. Em contrapartida, a tendência é o acirramento dos conflitos entre o avanço da exploração mineral e a resistência das comunidades locais.

Para Rojas (2014), os elementos que colaboraram para retardar a instalação de grandes empreendimentos de mineração na área da Serra do Gandarela foram, principalmente, a concentração progressiva de áreas de terra por parte da Vale S.A, que evitou a instalação de outras mineradoras na região, e a dificuldade de acesso à região, devido a seu relevo acidentado que, por sua vez, exige um maior planejamento e investimento em infraestrutura e logística por parte dos empreendimentos. Porém, essa vantagem encontra-se ameaçada, pois a região se constitui atualmente como uma importante fronteira de expansão da mineração no quadrilátero ferrífero.

Para Acselrad (2004), os conflitos ambientais surgem da existência, no tempo e no espaço, de distintos projetos de apropriação, uso e significação do mundo material, e devem ser analisados, simultaneamente, a partir dos espaços de apropriação material e simbólica dos recursos do território. Tomada como exemplo, a Serra do Gandarela é um espaço que apresenta uso e significado distintos, e muitas vezes incompatíveis, pelas comunidades locais e os empreendimentos de mineração.

Cada um apresenta apropriação material e simbólica dos recursos naturais, incapaz de manter uma simbiose. Enquanto que para os empreendimentos minerários, o território é um recurso a ser explorado economicamente, e por isso, reduzido a sua dimensão material e técnica, sob a lógica dominante da rentabilidade e extração, para as comunidades locais, tradicionais e campesinas, ele é um lugar de vida, de ancestralidade, onde se processam as relações sociais, culturais e espirituais. Ele é cheio de memórias, práticas e identidades coletivas, não se reduzindo a uma mercadoria ou posse.

O significado simbólico das comunidades campesinas é compreendido por Rosset (2016), a partir da perspectiva da soberania alimentar e reforma agrária, como um espaço de vida, resistência e reprodução sociocultural, em que é muito mais do que apenas um espaço físico e terra produtiva, mas um lugar onde as comunidades constroem sua vida, identidade e autonomia, contrapondo-se a lógica mercantilista e geradora de conflitos do capitalismo global. Por isso, há uma grande preocupação em torno do Projeto Apolo, mas, as atividades de mineração já em curso, ou encerradas, também apresentam uma série de impactos, ameaças e violações de direitos. A mina Gongo Soco, por exemplo, encontra-se no cerne dessa discussão.

A mina de Gongo Soco, localizada em Barão de Cocais, outro município da Serra do Gandarela, teve sua expansão no início do século XIX, sendo considerada, na época, uma das maiores minas de ouro do mundo, produzindo mais de 10 toneladas de ouro em 30 anos (1826 a 1856). Foi nesse contexto que os povoados próximos a ela se solidificaram como pólo distribuidor de mercadorias e alimentos para toda a região. A alta extração mineral durou até 1912, ano em que a mina foi fechada. A cava permaneceu inativa até ser comprada no ano de 1960 pela São Carlos Minério S.A. para a exploração de minério de ferro. No mesmo ano, a mina foi vendida para a empresa Socoimex, que explorou o Gongo Soco até 2000, ano em que foi vendida para a Vale S.A. Essa, por sua vez, a explorou até seu fechamento em 2016 (Barão de Cocais, 2024). Apesar de se encontrar inativa, uma das barragens de Gongo Soco – a barragem sul superior – está ameaçada de rompimento.

Socorro, distrito de Barão de Cocais, foi uma das comunidades evacuadas às pressas pela empresa Vale e pelo poder público local, em fevereiro de 2019, devido à iminência de rompimento da barragem sul superior. A justificativa da evacuação em caráter de emergência foi a classificação da barragem em nível três de emergência.¹ Assim, no dia 8 de fevereiro de 2019, cerca de

1 A probabilidade de rompimento de uma barragem é avaliada através de níveis de risco, que indicam a gravidade da situação e a necessidade de medidas de segurança. Esses níveis geralmente são subdivididos em: alerta,

500 moradores pertencentes ao distrito de Socorro, e também aos povoados de Gongo, Piteiras e Tabuleiro, além de comunidades ribeirinhas de Barão de Cocais, foram retirados às pressas, e à força, de suas casas. Essas comunidades foram surpreendidas durante a madrugada por funcionários da Vale e da Defesa Civil mineira, com a notícia de risco iminente de rompimento da barragem Sul Superior. Com isso, moradores das quatro comunidades rurais tiveram que sair de suas casas sem conseguir recolher seus pertences, e até hoje não tiveram a permissão para retornar, o que resultou na morte de animais, plantas e plantações, além da deterioração de suas casas, hoje tomadas pela vegetação. Além disso, os vínculos sociais e culturais, que os moradores preservavam no território, como a cavallhada e as festas religiosas, foram interrompidos.

Atualmente, alguns poucos moradores das comunidades ribeirinhas conseguiram regressar para suas casas, mas aqueles que retornaram, continuam convivendo com a iminência do rompimento da barragem, uma vez que, segundo a Vale, juntamente com a Agência Nacional de Mineração (ANM), a estrutura ainda permanece em nível de emergência², o que significa que o rompimento é inevitável ou já está acontecendo. Os demais moradores permanecem abrigados em hotéis ou casas alugadas pela empresa e governo local na cidade de Barão de Cocais, cidade que também não estará segura. Caso ocorra o rompimento da barragem de Gongo Soco, a lama de rejeitos cairá no Rio Santa Bárbara, que corta a cidade de Barão de Cocais, e avançará sobre a cidade, colocando em risco boa parte da população, dentre ela cerca de 6 mil ribeirinhos.

Ainda em junho de 2019, quatro meses depois da evacuação das comunidades de Barão de Cocais, a empresa Vale S.A. iniciou, da noite para o dia, a construção de uma caixa escavada³ para depositar rejeitos que estão na barragem Sul Superior da mina

emergência 1, emergência 2 e emergência 3. O nível de emergência 3 é o mais alto, indicando que a ruptura é inevitável ou está ocorrendo.

2 Caixa escavada é uma cavidade, geralmente retangular, utilizada extrair ou armazenar minérios ou água. Também pode ser utilizada como caixa de retenção de sedimentos e sólidos provindos da atividade de mineração.

de Gongo Soco. A previsão era escoar cerca de seis milhões de metros cúbicos de rejeitos, por meio de um canal, construído mata e montanha adentro, até chegar à caixa escavada.

Durante a madrugada, a empresa realizou corte de árvores e outras vegetações de mata atlântica local, em uma área consideravelmente significativa, e pretendia pôr uma montanha de cerca de 60 metros de desnível abaixo para construir o canal que levaria o rejeito para a caixa escavada. No trajeto desenhado pela empresa, o canal passaria às margens do Rio São João, um importante rio que corta as comunidades de André do Mato Dentro (Santa Bárbara), Cruz dos Peixotos (Barão de Cocais), Socorro (Barão de Cocais), e faz parte do abastecimento da cidade de Barão de Cocais. A obra ainda cortaria mais um rio que tem no caminho – o Córrego do Vieira.

Além da caixa escavada e do canal, a Vale pretendia construir uma barreira de contenção que, segunda ela, duraria um ano para ser construída, mesmo classificando a obra como emergencial, classificação que justificaria, de acordo com a empresa, o início da obra, sem licença ambiental, sem autorização do Estado e sem dar explicações às comunidades locais. Segundo a Vale, a suposta obra de emergência tinha como objetivo “salvar” a cidade de Barão de Cocais da lama de rejeitos, caso a barragem da Mina Gongo Soco se rompesse. E, caso se rompa, a barragem de Gongo Soco despejaria cerca de 6,8 milhões de metros cúbicos de rejeitos de extração de minério de ferro nas comunidades rurais e parte da sede do município de Barão de Cocais. Se comparado com o rompimento de Brumadinho, esse valor corresponde a um pouco mais da metade do volume que causou o desastre-crime em janeiro de 2019, vitimando 270 pessoas. Além do mais, cabe lembrar que Socorro e as demais comunidades evacuadas ficam na chamada Zona de Autossalvamento,³ uma região tão próxima

3 A zona de autossalvamento (ZAS) é uma área definida em planos de ação de emergência de barragens, onde a população deve se autosalvar, ou seja, evacuar por conta própria e sem auxílio externo, caso ocorra um rompimento da barragem. Esta zona geralmente abrange um trecho próximo à barragem, onde não há tempo suficiente para que os serviços de emergência cheguem e realizem o resgate.

à barragem que é praticamente impossível fugir a tempo de uma eventual onda de lama.

As mini minas também apresentam impactos, ameaças e violação de direitos no território, prejudicando algumas atividades tradicionais como a colheita de musgo verde (*Syrrhopodon sp*), a apicultura, o plantio da palmeira Juçara e as plantações agroflorestais, além de gerar prejuízos para o próprio Parna Gandarela, haja vista que boa parte delas encontram-se nos limites do Parque. A mina do Lopes, por exemplo, em julho de 2024, teve suas atividades interdadas e suspensas em virtude de uma ação movida pelo Ministério Público Federal (MPF), devido o empreendimento operar fora dos limites autorizados pelo seu título minerário.

O que podemos perceber é que os empreendimentos mineradores têm tentado fazer da Serra do Gandarela sua última zona de sacrifício (Svampa, 2013) no QF mineiro. Como afirmam Svampa e Viale (2014), as zonas sacrificadas pela atual produção do espaço e as lógicas dominantes de controle territorial não costumam atender às satisfações das necessidades sociais e econômicas da população local e suas condições reprodutivas, bem como a sustentabilidade ambiental de seus territórios. O que se configura é uma desvalorização das formas de produção e de vida que difere daquelas consideradas pela economia dominante. O que sobra para as comunidades locais são os impactos ambientais e socio sanitários.

Para Malerba et al (2012) e Acosta (2012), a intensificação da exploração mineral brasileira está relacionada com a adoção, nas últimas décadas, do modelo de desenvolvimento baseado principalmente na herança histórica do extrativismo, e depois do neoextrativismo, em que o extrativismo é compreendido como um modo de acumulação baseado na exploração de territórios alheios, aos moldes da colonização dos séculos XV nas Américas e século e XIX na África (Acosta, 2012); e o neoextrativismo em uma versão mais atualizada do extrativismo tradicional, em que prevalece a inserção subordinada e de dependência do sul global na economia mundial.

De acordo com Gudynas (2012), o modelo de desenvolvimento neoextrativista ordena uma extração de recursos naturais em

grande volume ou alta intensidade (medidos comumente em bilhões ou milhões de toneladas/barris), os quais estão destinados, principalmente, à exportação como matérias-primas, ou seja, trata-se de modelo de desenvolvimento de *commodities*, totalmente subordinado às demandas de produção globais, em que os processos de extração e exportação são controlados, sobretudo, por grandes empresas transnacionais.

A dependência econômica do Brasil da exportação de recursos naturais não é uma novidade, haja vista que desde o período colonial, o país inseriu no sistema-mundo moderno colonial por meio da exploração e exportação dos seus recursos naturais – a exemplo o pau-brasil, açúcar, ouro, diamantes, café, borracha, e muitos outros (Acosta, 2012). Contudo, percebe-se uma intensificação, no final do século XX e início do século XXI, que provavelmente está atrelada à moderna Divisão Internacional do Trabalho (DIT) que determina à América Latina a função de produzir *commodities* no mercado global.

Ceceña (2001) afirma que o capitalismo atual busca colonizar a totalidade do território e da vida para garantir o controle estratégico dos recursos naturais e do próprio futuro deste território, e da humanidade. Ao controlar territórios estratégicos (recursos hídricos, reservas de biodiversidade, fontes de energia, minerais raros), o capitalismo controlará também o que virá, incluindo projetos de futuro. Com isso, podemos afirmar que a disputa entre megaprojetos, como os mineradores, e comunidades é mais do que uma disputa fundiária. É uma disputa de sentidos, de cosmovisões, de modos de viver e produção de espaço. Dessa forma, entender os múltiplos sentidos de território é primordial para a compreensão dos conflitos socioambientais, e as possíveis alternativas de resistência e emancipação.

Com isso, podemos identificar a atuação do MPSG como um processo concreto de defesa territorial, tornando-se fundamental na luta contra a permanência de um modelo econômico minerador que tem provocado muita contaminação, destruição e morte no estado de Minas Gerais. Com o intuito de barrar o Projeto Apolo, o MPSG foi constituído e oficializou ao ICMBio, em 2009, o pedido de criação de uma Unidade de Conservação de proteção integral,

o que culminou na criação do Parna Gandarela. Como a questão fundiária do Parque é complexa, o MPSG continua vigilante acerca das intenções e movimentações que empresas como a Vale S.A. e as mini minas executam na região. Assim, o MPSG tem conseguido uma articulação política orgânica e ativa, interromper os planos da Vale, manter vivo o desejo e o entendimento de que a região precisa ser preservada e poupada do avanço extrativista mineral.

4 Considerações finais

A Serra do Gandarela, em Minas Gerais, apresenta um cenário de disputa territorial que envolve as comunidades locais e o avanço do modelo neoextrativista mineral. Situada no Quadrilátero Ferrífero (QF), essa região tornou-se alvo da lógica da acumulação por despossessão, promovida por grandes corporações transnacionais, sobretudo a Vale S.A. A atuação da Vale na Serra do Gandarela – materializada tanto pelo desejo de pôr em prática o Projeto Apolo, quanto pelas demais minas de sua propriedade –, além das mini minas, que já operam na região, expõe a espoliação provocada pelo capitalismo contemporâneo, que subordina a vida, os territórios e os bens comuns à lógica da mercantilização, financeirização e intensa exploração da natureza. A mina Gongo Soco, e o risco iminente de rompimento de sua barragem, evidencia que os passivos socioambientais dessa atividade não são exceções, mas sim elementos constitutivos de um modelo econômico que sacrifica territórios inteiros. Desse modo, podemos identificar que as reconfigurações do capitalismo (por espoliação), no século XXI, são marcadas por uma intensificação de processos que expropriam comunidades, territórios e recursos naturais em favor da acumulação de capital, especialmente no Sul Global.

Contudo, se de um lado há o avanço do neoextrativismo, impondo expropriações e destruições, de outro, também se evidencia a fortaleza que pode ser a resistência territorial. O Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela (MPSG) representa uma expressão concreta e potente dessa resistência. Atuando de forma articulada e contínua, o MPSG tem desempenhado papel fundamental na contenção dos avanços das atividades mineradoras na

região, protagonizando, por exemplo, a demanda pela criação do Parna Gandarela, além de denunciar as múltiplas violações aos direitos das comunidades locais e à natureza provocadas por empresas mineradoras.

Mais do que uma disputa por terra ou recursos, o conflito na Serra do Gandarela expressa uma disputa de sentidos e de projetos de sociedade. Enquanto o modelo minerador, de base racional colonialista e capitalista, que reduz o território a uma fonte de recursos a serem explorados, o MPSG compreende o território como espaço de vida, biodiversidade e reprodução sociocultural.

Portanto, o caso da Serra do Gandarela nos indica a necessidade urgente de repensar o atual modelo de desenvolvimento econômico, pautado no neoextrativismo predatório e espoliador, que, ao invés de garantir bem-estar, segurança hídrica, soberania alimentar e preservação ambiental, tem intensificado a destruição de ecossistemas e ameaçado a própria vida. Reconhecer e fortalecer as experiências de resistência territorial, como a do MPSG, é essencial não apenas para a proteção dos territórios, mas também para a construção de alternativas sustentáveis, solidárias e emancipadoras frente ao avanço do (neo) extrativismo no Brasil, e na América Latina.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. **Ecoportal**, 2012. Disponível em: <<https://cronicon.net/paginas/Documentos/paq2/No.23.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2023.

ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004. Disponível em: <<https://conflitosambientais.org/wp-content/uploads/2023/06/Conflitos-Ambientais-noBrasil-Achselrad-Henri.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2023.

AMPLO TREINAMENTO E CONSULTORIA LTDA. **Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental do Projeto Mina Apolo (EIA/RIMA Projeto Apolo)**. Belo Horizonte, 2009.

CARMO, Valeria et al. Análise da paisagem a partir da estratificação ambiental: estudo da Bacia do Córrego Maria Casimira, André do Mato Dentro/MG. **Revista Geonorte**, Edição Especial, v. 3, n. 4, p. 518-529, 2012.

CECEÑA, Ana Esther. La territorialidad de la dominación: Estados Unidos y América Latina. **Chiapas**, n. 12, México: Instituto de Investigaciones Económicas UNAM; Ediciones Era, 2001. Disponível em: <<https://revistachiapas.org/No12/ch12cecena.html>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no Campo Brasil 2021**. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc-CPT), CPT Nacional, Brasil, 2021. Disponível em: <<https://cptnacional.org.br/documento/conflitos-no-campo-brasil-2021/>>. Acesso em: 15 set. 2024.

FREITAS, Eliano S. **A reprodução social da metrópole em Belo Horizonte**: APA Sul RMBH, mapeando novas raridades. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós- Graduação em Geografia, Belo Horizonte, 2004.

GUDYNAS, Eduardo. **Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo**: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: SCHULDT, J.; ACOSTA, A.; BARANDIARÁN, A.; BEBBINGTON, A.; FOLCHI, M.; ALAYZA, A.; GUDYNAS, E. (Org.). **Extractivismo, política y sociedad**. **Série**: Cuadernos de capacitación. Quito-Ecuador: Centro Andino de acción popular – CAAP Ecuador y Centro de Ecología Social Latinoamericana – CLAES, 2009, p. 187-225.

GUDYNAS, Eduardo. **Transições Pós-Estrativistas**: superando o desenvolvimento e a exploração da natureza. Rio de Janeiro: IBASE; CLAES; Ford Foundation, 2012.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 7.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

LAMOUNIER, Wanderson. **Patrimônio natural da Serra do Gandarela e seu entorno**: análise ambiental como subsídio para a criação de unidades de conservação no Quadrilátero Ferrífero – Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belo Horizonte, 2009.

MANSUR, Maíra; WANDERLEY, Luiz Jardim. **Conflitos e violações da mineração sobre os territórios dos povos do Brasil**. In: WANDERLEY, Luiz Jardim et al. Atlas do Problema Mineral Brasileiro. Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração. 2023, p. 132-200. Disponível em: <https://fase.org.br/wpcontent/uploads/2023/06/ATLAS_Final_Online.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2024.

MALERBA, Julianna. **Para quê um novo código mineral?** In: MALERBA, Julianna; MILANEZ, Bruno; WANDERLEY, Luiz Jardim (Org.). Novo Marco Legal da Mineração no Brasil: Para quê? Para quem? Rio de Janeiro: Fase,

2012. Disponível em: <<https://fase.org.br/pt/biblioteca/novo-marco-legal-da-mineracao-no-brasil-para-que-para-quem/>>. Acesso em: 25 mar. 2023.

OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS DA MINERAÇÃO NO BRASIL. **Conflitos da Mineração no Brasil 2023**: relatório anual. Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração. Brasil, dez. 2024.

ROJAS, Claudia Marcela Orduz. **Os conflitos ambientais da Serra do Gandarela na perspectiva das comunidades locais**. 2014. 215f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ROJAS, Claudia Marcela Orduz; PEREIRA, Doralice Barros. Políticas e estratégias empresariais de controle territorial: a VALE S.A. e os embates na Serra do Gandarela/MG. **Novos Cadernos NAEA**, v. 18, n. 3, p. 29–49, set.–dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/2222/2727>>. Acesso em: 11 jan. 2025.

ROSSET, Peter Michael. La reforma agraria, la tierra y el territorio: evolución del pensamiento de La Vía Campesina. **Mundo Agrario**, v.17, n.35, 2016. Disponível em: <<https://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAe021>>. Acesso em: 19 out. 2023.

SVAMPA, Maristela. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 244, 2013. Disponível em:

<<https://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/>>. Acesso em: 3 jan. 2023.

SVAMPA, Maristella; VIALE, Enrique. **Maldesarrollo**: la Argentina del extractivismo y el despojo. Argentina: Fundación Rosa Luxemburgo; Katz conocimiento, 2014. Disponível em: <<https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/libros/pm.1260/pm.1260.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2023.

VALE S.A. **Vale apresenta novo conceito do Projeto Apolo, agora sem barragem**. 2021. Disponível em: <<https://vale.com/pt/w/vale-apresenta-novo-conceito-do-projeto-apollo-agora-sem-barragem>>. Acesso em: 19 out. 2023.

WANDERLEY, Luis Jardim de Moraes. Análise Observatório. In: OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS DA MINERAÇÃO NO BRASIL. **Conflitos da mineração no Brasil 2023**: relatório anual. Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração. Brasil, dez. 2024.